



CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025

1. PREÂMBULO

O **Município de Birigui**, nos termos do Decreto Municipal nº 7.601/2024, faz saber que se encontra instaurado Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), com o objetivo de comunicar pessoas físicas ou jurídicas de direito privado interessadas em apresentar estudos voltados à implementação de melhorias nos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário visando atender a universalização do novo marco legal e subsidiar a Administração Pública na estruturação de eventual processo de contratação pelo Município de Birigui.

Considerando,

a) o disposto no art. 3º, caput e § 1º, da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, combinado com o art. 21, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e com art. 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995 e pelo Decreto Municipal nº 7.601 de 02 de agosto de 2024, que conferem a potenciais interessados a possibilidade de apresentação de projetos e estudos de utilidade para futura licitação, sem prejuízo do direito de participarem do certame e assegurado o correspondente ressarcimento, pelo vencedor da licitação, ao interessado cujos projetos e estudos tenham sido selecionados para dar suporte ao processo licitatório;

b) que a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, define as diretrizes para o saneamento básico, estabelecendo, dentre outros, os princípios da universalização de acesso, do abastecimento de água, esgotamento sanitário, bem como da eficiência, sustentabilidade econômica e novas diretrizes das metas para 2033;

c) que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, consolidou e regulamentou nos artigos 78 e 81 o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI;

d) a relevância dos serviços públicos de água e esgoto para a garantia da qualidade do meio ambiente, da saúde pública e do próprio desenvolvimento urbano dos municípios,



o que demanda a constante necessidade de realização de melhorias e investimentos no setor de saneamento básico;

e) que o Município de Birigui/SP também demanda constantes melhorias, sobretudo nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, onde há uma especial preocupação com a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos domiciliares e quanto à continuidade e qualidade na prestação de tais serviços; e

f) a necessidade de atualização do seu Plano Municipal de Saneamento Básico-PMS com o objetivo de atender um novo modelo de operação e de metas para o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme o art. 11, da Lei nº 14.026/2020.

O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) reger-se-á pela legislação aplicável e pelas seguintes condições:

2. DA FINALIDADE

2.1. O presente PMI tem por finalidade o chamamento de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado interessadas na apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos técnicos, por sua conta e risco, que subsidiem a modelagem a ser eventualmente utilizada pelo Município de Birigui para a estruturação de estudos voltados à implementação de melhorias nos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2.2. Somente será deferida a petição de manifestação de interesse nos casos em que:

2.2.1. atender aos requisitos legais, técnicos e os dispositivos constantes do presente Edital;

2.2.2. for considerada oportuna e conveniente para o interesse público do ponto de vista administrativo.

2.3. Os estudos, cuja elaboração poderá ser autorizada, são os que se encontram descritos no ANEXO I - Termo de Referência, deste Edital.

2.4. O Município de Birigui esclarece, desde já, que o recebimento de petições de manifestação de interesse não representa a abertura de licitação ou qualquer outro procedimento relativo à contratação dos serviços em questão.



3. DAS PETIÇÕES

3.1. A petição de manifestação de interesse e de requerimento de autorização para a elaboração de estudos deverá ser subscrita pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, ou pelo conjunto de pessoas jurídicas interessadas, ou pela pessoa física proponente, acompanhada dos seguintes documentos:

3.1.1. Informações Cadastrais, com qualificação completa do interessado, que permita a identificação da pessoa física ou jurídica e a sua localização, especialmente com: nome, identificação (cargo, profissão ou ramo de atividade), endereço físico e eletrônico, números de telefone, fax e CPF/CNPJ, a fim de permitir o posterior envio de eventuais notificações, informações, erratas e respostas a pedidos de esclarecimento;

3.1.2. Demonstração de experiência mediante Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público, que comprove(m) que a interessada realizou estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos para a estruturação de modelagem para o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e por meio de publicação oficial que comprove que esses estudos foram aprovados pelo ente público.

3.1.3. Sumário executivo dos estudos que serão realizados, demonstrando as suas pertinências conforme o ANEXO I - Termo de Referência, deste Edital;

3.1.4. Indicação do valor estimado do ressarcimento pretendido, devidamente detalhado nos itens que o compõe;

3.1.4.1. a indicação de valor do ressarcimento pretendido deverá acompanhar informações e parâmetros utilizados para sua definição, limitado ao valor máximo de 2,5% do valor dos investimentos previstos.

3.1.5. No caso de participação de grupos, indicação do participante líder que será o contato para comunicação entre o grupo e a Administração Pública, inclusive com a proporção de repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.

3.1.6. Cédula de Identidade e Cadastro de Pessoa Física – CPF, no caso de pessoa física;

3.1.7. Para Pessoa Jurídica:



3.1.7.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhada de cópia da Cédula de Identidade e CPF (cópia autenticada);

3.1.7.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações e ou contrato social consolidado nos termos da Lei, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhadas da ata de eleição de seus administradores (cópia autenticada);

3.1.7.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (cópia autenticada);

3.1.7.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir (cópia autenticada);

3.1.7.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

3.1.7.6. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluindo os encargos sociais instituídos por Lei;

3.1.7.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.1.8. Declaração de que conhece e concorda com todos os dados do edital;

3.1.9. Declaração de Cessão à Administração Municipal: referente aos direitos autorais associados aos projetos, levantamentos, investigações e estudos selecionados; (Modelo Anexo)

3.1.10. Na falta de consignação do prazo de validade nas certidões, serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

3.2. As petições e seus anexos poderão ser tornados públicos, pelo que a sua mera entrega constitui renúncia a qualquer espécie de sigilo em relação às informações que contenham, bem como expressa declaração de que tais documentos não contêm informações sigilosas daqueles que não são seus subscritores.

3.3. Os estudos produzidos sem a devida autorização não serão aceitos ou considerados pelo Município;



3.4. A autorização será avaliada pela Comissão tendo como critério mínimo a demonstração de o interessado, diretamente ou por meio de terceiros nominados no pedido, deter habilitação técnica e jurídica para executar os produtos solicitados em atenção das limitações impostas pela natureza das atividades profissionais exigidas.

4. DO PRAZO E LOCAL

4.1. O pedido de autorização deverá ser encaminhado à Prefeitura de Birigui em até 15 (quinze) dias úteis da publicação do aviso de PMI veiculado no Diário Oficial do Município, considerando que esta constitui-se como imprensa oficial.

4.2. As petições deverão ser apresentadas mediante protocolo na Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio, situada na Rua Anhanguera, nº 1155, Município de Birigui-SP, fone (18) 3643-6006 ou por meio do e-mail contrato.pmb@gmail.com.

5. PROPRIEDADE INTELECTUAL

5.1. Mediante a entrega dos estudos fica transferida ao Município a sua respectiva e integral propriedade, para que ele possa utilizá-los amplamente a favor de seus interesses, não remanescendo propriedade intelectual a quem os elaborou, salvo as de ordem meramente moral (autoria), quando cabível.

6. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO OU DE COMPROMISSO

6.1. A apresentação de petições de manifestação de interesse não gera nenhum vínculo obrigacional entre o(s) seu(s) subscritor(es) e o Município de Birigui-SP, além do quanto disposto neste Edital.

6.2. O PMI não resulta em qualquer garantia de contratação futura, nem poderá ser interpretado como um início de processo de contratação pelo Município de Birigui-SP, referente a projetos que tenham sido apresentados no âmbito do PMI.

6.3. O Município de Birigui-SP não poderá ser considerado responsável pela não realização de procedimento licitatório ou contratação a que se procura subsidiar com os estudos autorizados mediante o presente PMI.



6.4. A aceitação, total ou parcial dos estudos de algum interessado, bem como o seu uso em eventual procedimento licitatório, não gerará obrigação de contratação desse interessado pelo Município de Birigui, inexistindo qualquer responsabilidade do Município em caso de inabilitação ou desclassificação em procedimento licitatório porventura instaurado.

7. CUSTOS E REEMBOLSO

7.1. Os Interessados serão responsáveis pelos custos decorrentes da preparação de sua petição de manifestação de interesse, não tendo direito a qualquer ressarcimento no tocante a tais custos.

7.2. No que se refere aos custos dos estudos, estes serão ressarcidos desde que tais estudos sejam efetivamente adotados pela Administração Pública e o seu objeto venha a ser licitado e contratado pela Prefeitura Municipal de Birigui.

7.2.1. A obrigatoriedade de reembolso dos custos dos estudos pelo licitante vencedor ou pela sociedade que vier a ser contratada pelo Município deve estar expressamente prevista no Edital de Licitação, nos termos do artigo 21 da Lei nº 8.987/95.

7.3. Os estudos deverão ser entregues no prazo limite definido no Termo de Referência, podendo tal prazo ser prorrogado a critério do Município de Birigui-SP.

7.4. A realização do certame licitatório pautar-se-á em razões de conveniência e oportunidade a serem examinadas pelo Município, não gerando qualquer direito adquirido à realização do processo licitatório para as pessoas autorizadas.

8. DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.1. É direito do Município de Birigui-SP:

8.1.1. Interromper, suspender ou revogar a qualquer momento o presente PMI;

8.1.2. Solicitar informação adicional para retificar ou complementar o seu entendimento;

8.1.3. Modificar a estrutura, cronograma, abordagem, conteúdo e requisitos do PMI;

8.1.4. Iniciar eventual procedimento de contratação da prestação de quaisquer serviços públicos de saneamento básico mesmo na pendência deste PMI;



8.1.5. Considerar, excluir, aceitar parcialmente, com ou sem modificações os estudos, informações e sugestões obtidas mediante o presente PMI;

8.1.6. Não promover a licitação ou contratação objeto dos estudos relativos ao presente PMI;

8.1.7. Publicar os nomes dos interessados;

8.1.8. Convocar reuniões técnicas para sanar dúvidas, obter informações e colher alternativas e esclarecimentos quanto aos estudos apresentados, inclusive com a participação de representantes da sociedade civil e de eventuais colaboradores ou contratados do Município de Birigui.

9. DA ANÁLISE E DA AUTORIZAÇÃO

9.1. As petições de manifestação de interesse serão analisadas pela Administração Municipal conforme ANEXO III – DA AVALIAÇÃO;

9.2. A análise será sempre objetiva, mesmo no que concerne ao mérito administrativo, e somente haverá indeferimento após se oportunizar ao interessado a correção de eventuais falhas ou a melhoria dos aspectos técnicos de sua petição, em prazo não superior à 48h (quarenta e oito horas).

9.3. Poderão ser deferidos vários estudos sobre o mesmo objeto, devendo a Administração, livremente, e com base no interesse público, analisar o conteúdo dos estudos, a fim de subsidiar decisão administrativa relativa ao procedimento de contratação.

9.4. Os interessados que tenham a sua petição de manifestação de interesse deferida, serão autorizados a elaborar os estudos descritos no Anexo I deste Edital, com acesso a todas as informações necessárias que estejam em poder da Administração Municipal de Birigui.

9.5. A autorização concedida no âmbito do presente PMI poderá ser revogada a qualquer tempo, especialmente no caso de não ser observado o prazo de entrega dos estudos previstos no edital.

10. DA ANÁLISE DOS ESTUDOS RECEBIDOS

10.1. O(s) estudo(s) recebido(s) em decorrência desta manifestação de interesse serão analisados exclusivamente pela Administração Municipal.



10.2. A análise do(s) estudo(s) será efetuada de forma predominantemente objetiva e sob critérios próprios e, se surgirem dúvidas de qualquer origem, a Administração Municipal poderá solicitar os devidos esclarecimentos ao(s) executor(es) do(s) mesmo(s) em compatibilidade com o disposto no item 7 anterior, concedendo para tanto o tempo que julgar oportuno.

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

11.1. Informações adicionais poderão ser obtidas mediante requerimento escrito dirigido à Diretoria de Gestão de Materiais e Patrimônio ou para o e-mail diretor.materiais@birigui.sp.gov.br, desde que tal requerimento seja apresentado em até 5 (cinco) dias úteis antes da entrega dos estudos, devendo ser respondidos em até 2 (dois) dias úteis antes da entrega.

11.2. Eventuais respostas a requerimentos serão publicadas no Diário Oficial do Município de Birigui até o dia 22 de abril de 2025. Os requerimentos cuja resposta não tenha sido formalmente publicada deverão ser considerados como indeferidos.

11.3. Anexos ao EDITAL:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÕES

ANEXO III – DA AVALIAÇÃO

Birigui, 01 de abril de 2025.

KAIRA MONIZA BORINI DA SILVA
= Secretária de Meio Ambiente =

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI
= Prefeita Municipal =